

“A Profª Cristina Dadalto segue os rastros do processo de ocupação do território capixaba, refletindo acerca de nossa identidade. Utilizando fontes como textos literários e documentos oficiais, a autora recupera memórias, flashes e sentimentos que evidenciam nossa diversidade social e identitária, considerando, em todos os momentos de sua narrativa, a importância do sensível.”

Lohaine Barbosa

Os rastros da diversidade da identidade capixaba

Maria Cristina Dadalto¹

Introdução

O que define a identidade capixaba? Vilaça (2003, p. 31) sopesa: “Tem o Espírito Santo o encanto de ter a diversidade como identidade.” Mas por que a diversidade? A resposta está no processo de formação e colonização sociocultural tardia do estado, marcadamente constituído, em proporção quantitativa vária, por representantes de etnias européias – portugueses, italianos, prussianos, suíços, alemães, pomeranos, hanoverianos, poloneses, pomeranos, hanoverianos –, por árabes, turcos, libaneses, e por brasileiros vindos de Minas Gerais, do Nordeste, do Rio de Janeiro, entre outros estados, além de negros africanos e dos índios que aqui habitavam. A maioria absoluta desses imigrantes estrangeiros e migrantes começa a chegar ao Espírito Santo a partir do século XIX.

Entre os anos de 1847 a 1888 a maior parte dos imigrantes foi localizada nas regiões do Centro e do Sul do Estado, ficando o Norte ainda praticamente intocado – somente a partir de 1880 é que tem início o movimento de colonização. Para a região do vale do rio Doce se deslocam, sobretudo, os descendentes de europeus localizados nas colônias ao Sul e do Centro, juntamente com os

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Professora do Centro Universitário Vila Velha.

migrantes nacionais. É essa extensa gama de etnias que conforma a identidade capixaba e que se coloca como objeto do presente artigo².

Conforme Almada (1984) foi a expansão do café o fator a impulsionar a mudança demográfica da Província. Tanto com a quase duplicação das populações livre e cativa – no período de 1856 a 1872 passa de 49.092 habitantes (36.826 livres e 12.269 escravos) para 81.889 (59.337 livres e 22.552 escravos) – como com a migração de estrangeiros e de brasileiros. Inicialmente o café era plantado na Província de Vitória e no vale do Itabapoana, que ganha crescimento por sua proximidade com as províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. É dessas regiões que vêm os grandes fazendeiros à procura de novas terras para expandir seus domínios produtivos. Também com eles vieram os migrantes.

No Espírito Santo essa gama de migrantes passou por dificuldades diversas. Ressalva-se, porém, que a maioria dos registros e relatos biográficos publicados descreve sobre os imigrantes europeus enfrentando a mata densa para vencer e ter seu pedaço de terra. Mas pouco se conhece acerca dos sofrimentos e das conquistas dos mineiros, dos fluminenses e dos nordestinos que também largaram seus familiares em outras terras em busca de um pedaço de chão para construir seu futuro. Já a vida dos negros libertos é um capítulo à parte na história, tanto pela forma como vieram como pelo estigma de preguiçosos com que foram rotulados quanto pela inexistência de uma política afirmativa para seu desenvolvimento socioeconômico.

Pouco também se sabe sobre o relacionamento entre todos esses migrantes, imigrantes e descendentes na construção do local. E essa construção se deu conjuntamente, com participação ativa de todas as partes, dividindo espaços públicos e privados, gerando renda e conformando um povo com uma identidade múltipla. Portanto conhecer a construção da identidade espírito-santense implica

² Também há pouca produção sobre os indígenas, razão que de pequena exploração no texto.

buscar fontes várias, incluindo a literatura e os estudos acadêmicos, além dos documentos de arquivo. Neste artigo serão as obras literárias, associadas à listagem de solicitações de cidadania fornecida pelo Consulado italiano, os indícios a serem perseguidos com vistas a compor o painel da diversidade capixaba.

Tal como afirma Benjamin (2006, [N 3,4], p. 505.) ao discutir seu método: “A história mostra seu distintivo da Scotland-Yard”, pretende-se esquadrihar no passado a compreensão do movimento dialético da diversidade presente. Movimento dialético que se apresenta na identificação do capixaba que, coligado em sua miscigenação, dificilmente ousa se afirmar como descendente de um único grupo étnico entre os que aqui se assentaram. Por conseguinte, levantam-se as seguintes questões: como essas etnias se relacionavam? Como essa relação se reflete hoje na formação dos sobrenomes? Acredita-se que resgatar o processo sociocultural dessa população poderá oferecer indicadores importantes no âmbito do Estado do Espírito Santo.

A história da formação

Em princípio configura-se a formação sociocultural do Espírito Santo por meio dos seguintes vetores: no primeiro, com a vinda dos portugueses e a introdução dos negros africanos como escravos, e o segundo, com a imigração estrangeira e a migração nacional espontânea – além da presença dos indígenas que viviam no território. Neste artigo, tratar-se-á do segundo momento especificamente, até porque foi a partir desta fase que há aumento da densidade populacional e, em consequência, a miscigenação que conformaria a identidade capixaba.

A vinda dos imigrantes europeus para o estado tem como objetivo um projeto colonizador formulado pelo Governo, e não o de substituir o escravo nas grandes

fazendas como ocorria em outras regiões do país – posição que se alterou com o fim da escravidão. Contudo, como o Espírito Santo não possuía recursos para introduzir os imigrantes por sua conta, recebia apenas uma pequena parcela daqueles trazidos pelo Império. Dessa maneira a quantidade de imigrantes europeus que ingressou no estado foi pequena e se deu de forma marcante em diferentes épocas. Rocha (2000) divide o processo migratório europeu espírito-santense em três fases: 1847 a 1881, 1882 a 1887, e, finalmente, 1888 a 1896.

Entre os anos de 1847 a 1881 chegaram ao Espírito Santo 13.828 imigrantes; os primeiros eram de origem alemã, da região central do Reno. Foram localizados na colônia de Santa Izabel e receberam do Governo Imperial um lote de pouco mais de 50 hectares, sustento por seis meses, medicamento, gado e instrumento para a lavoura. Benesses que deveriam ser³ reembolsadas num prazo máximo de quatro anos. De 1859 a 1860 aportaram mais imigrantes de origem alemã (vindos, a maioria, da mesma região dos que haviam fundado a colônia), que se instalaram em Santa Izabel. Nesse novo contingente, vieram bávaros e prussianos, entre outros.

Em 1875 a colônia Rio Novo, uma empreitada particular fundada 1855, recebeu tirolezes e austríacos; já, em 1878, italianos, e posteriormente, migrantes cearenses que fugiam de uma grande seca. Na colônia Santa Leopoldina, criada em 1857, se estabeleceram suíços, hanoverianos, luxemburgueses, prussianos, holstenianos, hessenianos, austríacos, holandeses, badenses, pomeranos e alemães. Em 1874 o Governo criou mais dois estabelecimentos ligados à colônia de Santa Leopoldina: núcleo Timbuy e núcleo Santa Cruz. Ambos povoados predominantemente por italianos.

³ A explicação para este fato é dada pela pequena importância que detinha a Província do Espírito Santo frente às grandes Províncias (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo) e, em consequência, a condição a que era submetida em relação à política imigrantista imperial.

No núcleo de Castelo, criado em 1880 com o objetivo específico de receber os imigrantes que haviam deixado a Europa e ignoravam a cessão dos favores que eram regidos pelo Regimento de 1867, foram assentados italianos e uns poucos alemães. A segunda fase da imigração européia no Espírito Santo, que concentra os anos de 1882 a 1887, é marcada pela reduzida quantidade de imigrantes – um total de 1.375 – que entra na Província.

Entre os anos de 1888 a 1896 a imigração ganha nova expressão – nessa fase chegam 21.497 imigrantes. Também novo caráter, uma vez que a proposta era fornecer mão-de-obra para as lavouras, que se encontravam sem braços para o trabalho com o fim da escravidão. Era aquele um período de crescimento da receita econômica do Espírito Santo, em função da elevação dos preços do café, principal produto produzido. Toda essa efervescência econômica possibilitou ao Presidente Moniz Freire criar um serviço de imigração do Estado⁴. Dessa maneira, o presidente conseguiu introduzir no Espírito Santo em quatro anos (1892/1896) 10.566 imigrantes italianos. Desse total, somente 3.171 foram localizados nos núcleos coloniais. Os demais tiveram como destino as fazendas de café – um total de 6.924, maioria absoluta, sendo que 5.243 se dirigiram para as propriedades de café do sul do Estado; para a Capital e os subúrbios se destinaram 3.107 imigrantes e os demais foram para São Paulo.

Em julho de 1895 o Governo Italiano proíbe a emigração para o Espírito Santo. A proibição e o fim da euforia provocada pela queda dos preços do café, a partir de 1896, demarcam o encerramento do serviço de imigração do Estado⁵. Todavia,

⁴ Por meio de Decreto publicado em 04 de junho de 1892, o Estado concederia aos imigrantes estrangeiros pagamento de passagens, hospedagem gratuita na Capital, transporte e alimentação até o local que residiriam, assistência médica gratuita por dois anos, concessão de um lote de 25 hectares em núcleo do Estado à escolha do imigrante e o adiantamento, a cada família, de um valor de 250\$000 para o primeiro ano de estabelecimento.

⁵ A proibição do Governo Italiano tem como raiz às condições a que eram submetidos os imigrantes ao chegar ao Espírito Santo: a más condições de transporte da capital para os núcleos coloniais ou fazendas; o longo tempo em que os imigrantes tinham de permanecer nos barracões enquanto aguardavam a medição dos lotes; carestia de gêneros alimentícios no interior e a falta de

após esse período ainda se assentam no território árabes, turcos e libaneses, juntamente com uma leva de poloneses. Com a redução do movimento imigratório europeu e a queda nos preços do café, e seu conseqüente enfraquecimento, se desenha no primeiro quartel do século XX um intenso processo migratório interno: busca-se a expansão econômica com a abertura de novas fronteiras agrícolas no norte, ainda coberto de floresta. É período de reinício da saga de desbravamento para inúmeros imigrantes e descendentes. Reinício também para migrantes nacionais que trabalhavam nas fazendas de café do sul.

Eterna busca por novas fronteiras

Ainda no primeiro quartel do século XX o Espírito Santo era moldado por duas estruturas distintas: a região Sul, com uma economia baseada na monocultura do café sob a relação da produção escravista; e a região Central, constituída por pequenos comerciantes e pequenos e médios proprietários organizados no trabalho familiar camponês. O Norte ainda se mantinha como a grande fronteira agrícola aberta, sendo exceção apenas o litoral e o extremo norte, em área de influência do porto de São Mateus. A colonização do vale do rio Doce deu-se primeiro ao sul, com a criação de núcleos coloniais de imigrantes europeus; e, posteriormente, na vertente norte, a partir da primeira década do século XX quando as terras devolutas começaram a rarear. A ação das companhias territoriais particulares, encarregadas da venda de terras devolutas, foi fator importante para a colonização desse vale.

Almada (1993) explica a diferença de colonização entre as frentes da região sul e norte do Estado:

assistência médica, escolar e religiosa para os imigrantes. Aliado a esses fatores, houve ainda o aparecimento de febres palustre, que vitimaram muitos imigrantes. Contudo, apesar da proibição se decretada em julho de 1895, até abril de 1896 aportaram em Vitória inúmeros vapores trazendo imigrantes italianos.

...na frente cafeeira do Sul do Espírito Santo (vale dos rios Itapemirim e Itabapoana) um número reduzido de estrangeiros e seus descendentes requereu, comprou e legitimou terras nesta área, o que justifica a sua pequena participação no povoamento da mesma região. Contrariamente, no vale do rio Doce, coube aos estrangeiros e seus descendentes a maior parte de terras requeridas, vendidas e legitimadas em 1924, numa demonstração de que, cessada a imigração estrangeira, restou aos ocupantes dos antigos núcleos colônias do século XIX – diante da exigüidade de suas terras – deslocar-se rumo ao vale do rio Doce. (Almada, 1993, p.80).

A título de complementação, tendo em vista a continuidade do processo migratório para o vale do rio Doce, ressalta-se que no sul do Estado, com a crise do café no início do século XX, um número grande de migrantes nacionais ocupou terras devolutas, o que provocou uma disputa com proprietários de sesmarias e de posses legitimadas. Entretanto, o fim das invasões e a saturação da fronteira do vale do Itabapoana provocaram a orientação da sua estrutura fundiária de acordo com o mercado. O que leva, nas décadas de 1940 e 1950, os muitos posseiros ou proprietários de pequenas terras endividados ali localizados, rumarem para a região do vale do rio Doce.

Almada (1993) analisando o censo demográfico de 1940 identifica que 14,4% do total da população residente no Espírito Santo (106.413 pessoas) são migrantes de outros estados da Federação, sendo que deste total, 92.081, 86,3%, mineiros e fluminenses. Numa comparação de crescimento demográfico de 1890 a 1950 entre os vales dos rios Itabapoana e Doce, a pesquisadora verifica uma concentração praticamente igualitária entre os residentes dos rios Itabapoana (21,3%) e Doce (20,6%) do total da população capixaba. Sobre essa intensa migração interna conclui:

...embora os estrangeiros e seus descendentes tenham iniciado o povoamento da região centro-norte e contribuído para o povoamento da região sul, [...] não se pode minimizar

nesse processo a participação de outros imigrantes, dentre os quais se destacam os negros e mulatos, em todas as frentes cafeeiras do Espírito Santo. (Almada, 1993, p.92).

As afirmativas de Almada levam à reflexão sobre a heterogeneidade da formação do povo capixaba e, sobretudo sobre como ocorria o relacionamento entre as diversas etnias buscando a superação das diferenças culturais, sociais, econômicas, colocadas objetivando, racionalmente, a articulação da sociodinâmica de relacionamento coletivo com fins à construção de um local de desenvolvimento político-econômico-produtivo.

As relações interétnicas

No Espírito Santo, imigrantes estrangeiros, juntamente com seus descendentes, associados aos migrantes nacionais, estabeleceram formas de relacionamentos sociais que lhes possibilitassem criar alternativas para o próprio desenvolvimento socioeconômico, bem como o do local em que se encontravam. Os imigrantes estrangeiros e descendentes viviam dificuldades diferentes das colocadas para brasileiros, incluindo os negros e os índios, até então completamente marginalizados. Contudo, todos tinham um objetivo em comum: o futuro. A língua, a cultura e o objetivo para o qual vieram faziam as diferenças, que se somaram e se agravaram ao preconceito e à discriminação. Todavia, o processo relacional vivenciado pelas diferentes etnias migrantes que colonizaram o Espírito Santo é ímpar em razão de fatores diversos e pela dupla dimensão de fato coletiva e de itinerário individual ao vivenciar ao mesmo tempo uma trajetória e uma experiência de emigrante e imigrante (Sayad, 1998).

Entre o grupo de estrangeiros que conformaram a identidade capixaba destacam-se, em quantidade migratória, os italianos, alemães e poloneses. Constituindo

maior grupo étnico europeu a compor a formação do povo capixaba, os italianos tiveram participação intensa na imigração interna, da região sul para o norte do Espírito Santo, principalmente àqueles que residiam nas terras frias da região sul do Estado – Iconha, Alfredo Chaves, Venda Nova e arredores. Para superar as dificuldades, os imigrantes utilizavam todo potencial de trabalho da família, geralmente numerosa, que vivia na mesma propriedade e ia expandindo-a, antes de dividi-la entre os homens. Dessa forma, concentrava-se mão-de-obra, que permitia maior divisão do trabalho e um aproveitamento melhor da produção em família.

Os imigrantes italianos viveram desde sua integração no Espírito Santo sob o regime patriarcal e, de modo geral, os filhos só se emancipavam depois de casados. Embora filho emancipado quase sempre recebesse um pequeno pedaço de terra desmembrado da propriedade familiar, todos continuavam trabalhando juntos na mesma gleba, e também próximos à casa patriarcal eram construídas as das novas famílias agregadas. Aqueles que eram portadores de habilidades artesanais contribuía na construção de casas, igrejas e na confecção de móveis. Estabelecidos à distância dos centros urbanos, os imigrantes praticamente não demarcavam horário, idade ou diferença de gênero para trabalhar, todos os membros da família participavam da labuta diária, que se iniciava e concluía com a luz do dia.

Os alemães que vieram para o Espírito Santo eram naturais de regiões montanhosas, estavam acostumados aos árduos trabalhos de lavrador e tinham o hábito de enfrentar atividades pesadas como lenhadores. Esperavam seguir para o sul do país. Localizados inicialmente nas serras capixabas, constituía-se por grupos da religião católica e luterana, falavam dialetos e participaram de brigas intensas provocadas pelos católicos, que não queriam permitir aos luteranos construir seus templos. O crescimento econômico desse grupo baseou-se na estrutura familiar, reservado à família o duplo papel de ser simultaneamente

produtora e consumidora. A relação entre pais e filhos era baseada no patriarcalismo, os casamentos motivados por razões econômicas e as mulheres, carregavam como dote uma vaca, um cavalo com sela, colchão de penas, baú com vestidos e roupas brancas, máquina de costura e utensílios de cozinha (Medeiros, 1997).

Os poloneses chegaram com o fim da I Guerra Mundial. Vinham com a família e por meio de um contrato, assinado entre a Sociedade de Colonização de Varsóvia e o governo do Espírito Santo, se instalavam em terras entre Colatina e São Mateus de 20 a 30 hectares. Para o Espírito Santo, trouxeram sua experiência de trabalhar em pequenas propriedades agrícolas. Grande parte daqueles que chegaram ao Brasil, com 20 anos de idade, possuíam instrução primária. No início, como não havia professores brasileiros, recebiam instrução escolar na língua natal, sob orientação de imigrantes da própria comunidade. Somente com a Segunda Guerra Mundial o português tornou-se obrigatório nas escolas. No estado contaram inicialmente com o abrigo e apoio dos índios botocudos, que lhes orientaram sobre as novas culturas agrícolas, já que não havia assistência do Governo. Tiveram de aprender a plantar milho, mandioca e banana, além de conviver com a fauna capixaba que os assustava em demasia, além de atacar a plantação (Medeiros, 1997).

Já entre os brasileiros, destacam-se no processo de formação os negros e mestiços – neste artigo, considerados como brasileiros, dado o tempo de assentamento no país: desde o século XVI –, os mineiros e fluminenses. Os negros até o final do século XVIII se localizavam em áreas na região norte do Estado, municípios de São Mateus e Conceição da Barra; na região central, nas cidades de Vitória, Serra, Santa Leopoldina, Vila Velha e Guarapari; e, no sul, em Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kenedy. Com a expansão da cultura do café houve uma concentração da população negra na região sul do Espírito Santo.

O fim da escravidão e a crise do café provocaram entre os anos de 1890 e 1940 uma grande afluência dos negros para a região do vale do rio Doce, seguindo o ritmo de expansão da sua fronteira agrícola. De acordo com Almada (1993) o vale do rio Doce teve a estrutura da composição étnica de sua população modificada com a significativa migração interna de brasileiros. Os imigrantes nacionais (sobretudo mineiros e fluminenses) vieram para o Espírito Santo atraídos pelas possibilidades de trabalho nas fazendas de café capixabas. Também atraía os mineiros e fluminenses a porcentagem de reservas de terras capixabas a serem exploradas.

Desta forma, entre os anos do início do século XX até 1960, brasileiros, índios e descendentes de imigrantes estrangeiros viviam na área rural. Plantando café, derrubando matas, miscigenando-se, formando o local – até a década de 1960 cerca de 80% dos habitantes residiam no campo. Na literatura de Virginia Tamanini, *Karina*, de Graça Aranha, *Canaã*, e de nas memórias de Ceciliano Abel de Almeida, *Desbravamento das terras do rio Doce*, encontram-se os indícios desse encontro interétnico.

Os indícios na literatura

Os indícios do processo de adaptação, de mudança e de identificação experienciados pelos imigrantes italianos são apresentados por Virginia Tamanini. Nela também se configuram os entrelaçamentos entre várias etnias européias e brasileiros por meio de enlaces parentais, bem como os conflitos entre os personagens residentes no mesmo espaço-tempo naquelas colônias. Em um parágrafo resume todo esse sentimento:

E havia o fenômeno do pobre Benedito, tapanhaúna, criado por uma família de imigrantes italianos. Falava o italiano tão bem quanto eles. Na hora do barulho, entrava sempre ao

lado destes; mas, na confusão, apanhava dos imigrantes porque era preto, e apanhava dos brasileiros porque falava italiano e cantava com eles. (Tamanini, 1981, p. 147).

Já na obra *Canaã* Graça Aranha oferece logo em seu capítulo de abertura os vestígios da diversidade que se apresentavam. O protagonista de seu romance, Milkau, chega num cavalo alugado a Porto de Cachoeira, sede da colônia capixaba, onde ele se fixaria conduzido por um menino, filho de um alugador de animais do Queimado. Um “rebento fanado de uma raça que se ia extinguindo na dor surda e inconsciente das espécies que nunca chegam a uma florescência superior...” (Aranha, 2005. p.12.)

Na colônia prosperava uma comunidade agrícola estabelecida por compatriotas de Milkau vindos há anos. Os indícios sobre a diversidade continuam sendo apresentados por Graça Aranha, ainda no capítulo introdutório, ao descrever a pequena parada do protagonista e de seu guia na fazenda Samambaia, de propriedade do coronel Afonso – um português já assentado quando teve início o fluxo alemão.

A obra *O desbravamento das selvas do Rio Doce* (1978), uma narrativa da memória da selva do rio Doce sendo arrancada a machadadas por uma dezena de mãos ágeis enquanto se vai estaqueando e construindo a linha de trem que ligaria Vitória a Minas Gerais, é o que oferece Ceciliano Abel de Almeida. Ele inicia suas reminiscências na margem esquerda do riacho Santana (São Mateus) em meio à fauna e à flora que circundavam o ambiente de sua formação.

Nesse ambiente transitavam “os caboclos” João e Luís, além de tropeiros, boiadeiros, muladeiros e vaqueiros que de tempos em tempos irrompiam no terreiro da morada. Do interior da mata Ceciliano Abel de Almeida se deslocou para o Rio de Janeiro, retornando ao seu estado 14 anos mais tarde como

engenheiro da Estrada de Ferro Vitória Minas. E é nessa condição que ele, retratando diálogos estabelecidos durante o período de seu trabalho como engenheiro, oferece detalhes da convivência interétnica na região: “Aqui se encontra a hospitalidade, o carinho do baiano, e a singeleza e a bondade do fluminense. A colonização estrangeira, às vezes, ilude a gente que pensa estar em São Paulo” (Almeida, 1978, p. 6.).

Em outro diálogo, ao tentar negociar uma noite de hospedaria, expõe as mazelas dos imigrantes:

Há muitos italianos — esclareceu-nos — que não têm ainda os costumes dos brasileiros. Não são hospitaleiros. Cobram café, almoço, jantar, dormida, tudo, enfim. Não se declarando, antes, que se indenizem os gastos, acontece, às vezes, isto. Não sabem conversar. Não se poliram ainda. As mulheres, principalmente, são nervosas. Praguejam de todos. Discutem negócios, preços, quantias. Intervêm na direção do lar e os maridos dão-lhes satisfações, temem-nas, obedecem-lhes. (Almeida, 1978, p. 117).

Essas construções literárias oferecem, além dos sinais do relacionamento e da diversidade interétnica, também os vestígios das diferenças entre o comportamento dos mesmos grupos étnicos que se assentaram no estado, como se constata sobre o modo de relacionamento dos italianos descrito nas obras de Virginia Tamani e Ceciliano Abel de Almeida.

Identidade

Entrementes, ao se buscar conhecer e compreender a integração de um grupo interétnico incumbido da missão de construir seu próprio futuro, em determinado período específico de sua história, procura-se um algo mais, mais complexo e universal. Busca-se entender a própria identidade coletiva desse povo de hoje, de

atuação no agora. Da mesma forma, não é possível compreender o coletivo sem que se deixe de levar em conta a história, com todo seu movimento de continuidade e rupturas.

Dessa maneira, é necessário vincular o relacionamento entre os grupos de convivência e referências do indivíduo. Ao estabelecer este vínculo revelam-se também os tipos e as formas de interações existentes entre os grupos ou a sua identidade grupal. Ou seja, ao interagir com o grupo o indivíduo se apropria das representações coletivas, tomando como sua as lembranças do grupo. O que possibilita avaliar uma perspectiva de análise incluída na integração dos imigrantes estrangeiros e brasileiros ao colonizar o Espírito Santo e provocar sua miscigenação e desenvolvimento composto de identidades diversas.

A representação da identidade numa lista de cidadania

Neste aspecto específico, complementa-se a análise do presente com referência numa listagem de sobrenomes constituída a partir da solicitação de cidadania italiana por um grupo de capixabas ao Consulado Geral do Rio de Janeiro no ano 2000. Nesta análise um dado se constata de imediato: a miscigenação dos italianos a partir da segunda geração por meio do enlace matrimonial com brasileiros descendentes de vários outros grupos impossibilita que muitos deles sejam identificados como ítalo-brasileiros somente tendo como base o sobrenome. Isto porque, consta-se na referida listagem feita a partir das 6.204 solicitações de cidadania de ítalo-brasileiros espírito-santenses – direito ao qual tem recorrido uma grande quantidade de descendentes –, que a grande maioria carrega sobrenomes italiano e polonês, italiano e português, italiano e árabe, italiano e alemão, ou apenas um ou outro. Há uma percentagem mínima de sobrenomes cujas ascendências maternas e paterna indiquem não ter havido miscigenação por origem étnica. Neste relatório, entre inúmeros outros sobrenomes verifica-se a

repetição da presença dos sobrenomes de origem portuguesa como Silva em 235 pedidos; Martins, em 135; Alves, 135. Assim como também prosperam os sobrenomes compostos: Abib e Pretti, Almeida e Morellato, Altoé e Niewglowski, Barros de Albuquerque, Dalboni Rezende Salume, entre outros.

A guisa da conclusão

A diversidade como marca da identidade capixaba já referida por Vilaça (2003) se apresenta em inúmeros indícios. Para este artigo foram escolhidos dois: obras literárias e uma listagem de cidadania italiana. Contudo, é possível avaliá-la em fontes como o folclore, a arquitetura das cidades, a sociodinâmica de relações de trabalho⁶, ou seja, no tecido do cotidiano do fazer e do agir do Espírito Santo.

O encontro das etnias se deu num momento em que o estado se construía e que todos participaram desse movimento, o que também não possibilita com esta afirmativa reduzir a exclusão a que foram renegados determinados grupos, em especial os negros e índios, e as conseqüências deste processo. Porém, confinados no interior, mantendo valores próprios e assimilando outros, constituíram um povo, que guardando características próprias têm na diversidade o principal elemento a lhes configurar um sentido de cidadão capixaba.

Assim, para a maioria dos capixabas é impossível afirmar uma única descendência étnica. Ao contrário, toda sua afirmativa se coloca na possibilidade de afirmar sua pluralidade fundada num intenso movimento migratório e miscigenador. Nessa circularidade cultural, firmada na prática e no tácito, se fundiram portugueses, alemães, prussianos, pomeranos, hanoverianos, italianos, libaneses, turcos, poloneses, índios, mineiros, fluminenses, cearenses, negros

⁶ Em Dadalto (2005), se analisa os pólos indústrias de confecções, móveis e cerâmica vermelha em Colatina, São Roque do Canaã, Marilândia, São Gabriel da Palha e Nova Venécia e nele se apresentam diferenças significantes.

africanos entre outros. Participantes de uma realidade histórica surpreendentemente variada, na qual todos partilhavam o desejo de ultrapassar os muros invisíveis do sofrimento, da distância da terra natal, do sentimento de impermanência.

Referências

ALMADA, Vilma P. F. *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

_____. *Escravidismo e transição: o Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALMEIDA, C. A. *O desbravamento das selvas do Rio Doce: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

ARANHA, G. *Canaã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

BENJAMIN, W. *As passagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MEDEIROS, R. *Espírito Santo: encontro de raças*. Vitória, 1997. s/e.

PAES, J. P. *Canaã e o ideário modernista*. São Paulo: Edusp, 1992.

ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Vitória, 2000. s/e.

SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: Edusp, 1998.

SALETO, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

_____. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996.

DADALTO, Maria C. **Os rastros da diversidade da identidade capixaba**. In: **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, Abril. 2007. pp.57-74.

VILAÇA, A. *A cultura na reconstrução do paraíso*. In: VILAÇA, A.; DADALTO, M.C. (org.) *Trajetória solidária do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: Textus, 2003.

TAMANINI, V. *Karina*. Brasília, [s.e.], 1981.